

PEDIDO DE CITAÇÃO POR OFICIAL DE JUSTIÇA

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da ____ Vara Cível da Comarca de

Processo nº: _____

Requerente: _____

Requerido: _____

O Requerente vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer a citação do Requerido, por meio de Oficial de Justiça, pelos motivos que passa a expor:

I – DOS FATOS

1. O Requerente propôs ação judicial em face do Requerido, conforme processo em epígrafe, requerendo _____.
2. O endereço do Requerido é _____, conforme consta dos autos.
3. Tentativas anteriores de citação por via postal foram infrutíferas, configurando a necessidade de citação por Oficial de Justiça.

II – DO DIREITO

4. Nos termos do artigo 238 do Código de Processo Civil, a citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu para se defender.
5. A citação por Oficial de Justiça é cabível quando não for possível a citação por carta, nos casos previstos em lei.
6. Assim, requer-se a expedição de mandado de citação por Oficial de Justiça para o endereço indicado, com as diligências necessárias para garantir a efetivação da citação.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) A expedição de mandado de citação por Oficial de Justiça ao Requerido, no endereço

_____;

com todas as diligências necessárias para a citação válida e eficaz;

- b) Que seja observado o disposto no artigo 252 do CPC para o cumprimento da diligência;

- c) A intimação do Requerente acerca do cumprimento do mandado;

- d) A condenação do Requerido nas custas processuais e honorários advocatícios, se houver resistência injustificada.

Nestes termos,

Pede deferimento.

_____, _____
Local Assinatura do Advogado

Nome do Advogado: _____

OAB/UF nº: _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-modelo.com/pedido-de-citacao-por-oficial-de-justica/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-modelos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.